

# ÍNDICE SISTEMÁTICO

## CAPÍTULO I

### ESTRUTURA DO DIREITO PROCESSUAL PENAL

<b>1. – MENÇÕES INTRODUTÓRIAS .....</b>	<b>11</b>
1.1. Conceito de direito processual penal.....	11
1.2. Noção de processo .....	15
<b>2. – O DIREITO PROCESSUAL PENAL PORTUGUÊS.....</b>	<b>17</b>
2.1. O processo penal, a Constituição e o direito internacional.....	17
2.2. O Código de Processo Penal.....	20
2.3. A legislação avulsa.....	24
2.4. Contextura do Código de Processo Penal.....	28
<b>3. – PRINCÍPIOS ORIENTADORES DO DIREITO PROCESSUAL PENAL....</b>	<b>30</b>
3.1. Relativamente à configuração do processo.....	31
3.1.1. Princípios da jurisdição e do juiz natural.....	31
3.1.2. Princípios do acusatório e do inquisitório.....	39
3.1.3. Princípio da igualdade de armas.....	42
3.1.4. Princípio da defesa.....	43
3.1.5. Princípio da lealdade processual .....	43
3.2. Relativamente ao impulso processual.....	45
3.2.1. Princípio da oficialidade .....	45
3.2.2. Princípios da legalidade e da oportunidade .....	47
3.2.3. Princípio da acusação .....	49
3.3. Relativamente ao andamento do processo.....	52
3.3.1. Princípio do contraditório.....	52
3.3.2. Princípio da investigação.....	53
3.3.3. Princípio da suficiência .....	54
3.3.4. Princípios da celeridade e da economia processuais.....	54

3.4. Relativamente à prova.....	56
3.4.1. Princípio da presunção de inocência .....	56
3.4.2. Princípio <i>in dubio pro reo</i> .....	56
3.4.3. Princípio da livre apreciação da prova .....	58
3.4.4. Princípio da verdade material.....	60
3.5. Relativamente à forma.....	61
3.5.1. Princípio da publicidade.....	61
3.5.2. Princípio da oralidade.....	63
3.5.3. Princípio da imediação.....	64
3.5.4. Princípio da concentração.....	65
<b>4. – INTERPRETAÇÃO E INTEGRAÇÃO DAS LEIS PROCESSUAIS PENAIS</b>	<b>66</b>
4.1. Interpretação.....	67
4.2. Integração.....	68
<b>5. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO TEMPO .....</b>	<b>71</b>
<b>6. – APLICAÇÃO DA LEI PROCESSUAL NO ESPAÇO.....</b>	<b>73</b>
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>INTERVENIENTES PROCESSUAIS</b>	
<b>1. – ENQUADRAMENTO.....</b>	<b>79</b>
1.1. Esboço.....	79
1.2. Caracterização.....	79
<b>2. – SUJEITOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>80</b>
2.1. Integração.....	80
2.2. Juiz.....	81
2.3. Ministério Público.....	106
2.4. Arguido.....	118
2.5. Defensor.....	139
2.6. Vítima.....	143
2.7. Assistente.....	150
<b>3. – OUTROS INTERVENIENTES PROCESSUAIS.....</b>	<b>162</b>
3.1. Apresentação.....	162
3.2. Órgãos de polícia criminal .....	162
3.3. Partes civis .....	165

**CAPÍTULO III**  
**OS ACTOS PROCESSUAIS**

<b>1. – CONCEITO.....</b>	<b>173</b>
<b>2. – CLASSIFICAÇÃO.....</b>	<b>174</b>
<b>3. – REQUISITOS DOS ACTOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>176</b>
3.1. Requisitos e elementos constitutivos.....	177
3.2. Prazos.....	179
3.3. Aceleração processual.....	181
3.4. Comunicação dos actos e respectiva convocação.....	183
3.5. Falta de comparecimento.....	190
<b>4. – RELEVÂNCIA JURÍDICA.....</b>	<b>193</b>
<b>5. – PUBLICIDADE DOS ACTOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>199</b>
5.1. Considerações prévias.....	199
5.2. O princípio da publicidade dos actos.....	200
5.3. O princípio do segredo de justiça.....	210

**CAPÍTULO IV**  
**PROVA**

<b>1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS E INICIAIS.....</b>	<b>229</b>
1.1. Enquadramento e definição.....	229
1.2. Prova e probabilidade.....	231
1.3. O princípio da livre apreciação da prova.....	232
<b>2. – OBJECTO DA PROVA.....</b>	<b>236</b>
<b>3. – MEIOS DE PROVA.....</b>	<b>238</b>
3.1. Noção e espécies.....	238
3.2. Prova testemunhal.....	240
3.3. Prova por declarações.....	247
3.4. Prova por acareação.....	251
3.5. Prova por reconhecimento.....	252
3.6. Prova por reconstituição do facto.....	255
3.7. Prova pericial.....	257
3.8. Prova documental.....	264

<b>4. – MEIOS DE OBTENÇÃO DE PROVA .....</b>	<b>268</b>
4.1. Noção .....	268
4.2. Espécies – enumeração .....	269
4.3. Exames .....	270
4.4. Revistas e buscas .....	272
4.5. Apreensões .....	276
4.6. Escutas telefônicas .....	282
4.7. Provas proibidas, provas nulas e provas irregulares .....	294
4.8. As provas obtidas através dos chamados “homens de confiança” .....	306

## CAPÍTULO V

### MEDIDAS DE COACÇÃO E DE GARANTIA PATRIMONIAL

<b>1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS .....</b>	<b>317</b>
1.1. Noção .....	317
1.2. Princípios informadores .....	318
1.3. Requisitos gerais de aplicação .....	324
1.4. Espécies de medidas .....	326
1.5. Competência para a aplicação .....	327
<b>2. – MEDIDAS DE COACÇÃO .....</b>	<b>332</b>
2.1. Enunciação .....	332
2.2. Regime jurídico .....	333
2.2.1. Termo de identidade e residência .....	336
2.2.2. Caução .....	338
2.2.3. Obrigação de apresentação periódica .....	339
2.2.4. Suspensão do exercício de funções, profissões ou direitos .....	340
2.2.5. Proibição e imposição de condutas .....	341
2.2.6. Obrigação de permanência na habitação .....	342
2.2.7. Prisão preventiva .....	344
<b>3. – REACÇÕES À APLICAÇÃO OU MANUTENÇÃO DAS MEDIDAS DE COACÇÃO .....</b>	<b>350</b>
3.1. Recurso .....	350
3.2. <i>Habeas Corpus</i> .....	352
3.2.1. Por detenção ilegal .....	353
3.2.2. Por prisão ilegal .....	355
3.3. O problema da utilização simultânea do recurso e do <i>habeas corpus</i> .....	360

<b>4. – INDEMNIZAÇÃO POR PRIVAÇÃO ILEGAL OU INJUSTIFICADA DA LIBERDADE.....</b>	<b>364</b>
4.1. Ideias gerais.....	364
4.2. Modalidades e procedimento.....	365
<b>5. – MEDIDAS DE GARANTIA PATRIMONIAL .....</b>	<b>372</b>
5.1. Noção .....	372
5.2. Quando são aplicadas.....	372
5.3. Regime jurídico.....	373

**CAPÍTULO VI  
COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA**

<b>1. – APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>377</b>
<b>2. – ROGATÓRIAS.....</b>	<b>379</b>
2.1. Noção .....	379
2.2. Objecto .....	380
2.3. Regime jurídico.....	380
<b>3. – REVISÃO, CONFIRMAÇÃO E EXECUÇÃO DE SENTENÇA PENAL ESTRANGEIRA.....</b>	<b>383</b>
3.1. Noção .....	383
3.2. Regime jurídico.....	386
<b>4. – OUTRAS FORMAS DE COOPERAÇÃO .....</b>	<b>391</b>
4.1. Lei da Cooperação Judiciária – extradição – MDE.....	391
4.2. Mandado de Detenção Europeu.....	396
4.2.1. Noção, âmbito, conteúdo e transmissão.....	404
4.2.2. Medidas provisórias, princípio da especialidade, entrega e extradição posterior.....	408
4.2.3. Autoridade central.....	411
4.2.4. Desconto da detenção cumprida.....	412
4.3. Execução de MDE emitido por Estado-Membro estrangeiro.....	412
4.3.1. Motivos de não execução.....	412
4.3.2. Processo de execução.....	417
4.3.2.1. <i>Competência, despacho liminar, detenção da pessoa procurada</i>	417
4.3.2.2. <i>Direitos e audição do detido .....</i>	418
4.3.2.3. <i>Consentimento e oposição da pessoa procurada .....</i>	420
4.3.2.4. <i>Decisão sobre a execução, recurso .....</i>	421

4.3.2.5. <i>Vista e julgamento, Prazos e regras, Privilégios e imunidades, notificação da decisão</i> .....	423
4.3.2.6. <i>Prazo para a entrega, detenção, entrega diferida ou condicional, apreensão e entrega de bens</i> .....	425
4.3.2.7. <i>Natureza urgente do processo</i> .....	427
4.3.2.8. <i>Direito subsidiário, despesas</i> .....	427
4.4. <i>Emissão em Portugal de mandado de detenção europeu</i> .....	427
4.5. <i>Trânsito</i> .....	428
4.6. <i>Disposições finais e transitórias</i> .....	429

## CAPÍTULO VII

### NOTÍCIA DO CRIME E ACTOS SUBSEQUENTES

1. – <b>AQUISIÇÃO DA NOTÍCIA DO CRIME</b> .....	433
1.1. <i>Constatação directa do M.º P.º</i> .....	434
1.2. <i>Transmissão dos órgãos de polícia criminal</i> .....	435
1.3. <i>Denúncia de terceiros</i> .....	438
2. – <b>MEDIDAS DE ACAUTELAMENTO PRÉVIO</b> .....	440
2.1. <i>Recolha de indícios factuais e sua salvaguarda</i> .....	441
2.2. <i>Recolha de informações pessoais</i> .....	442
2.3. <i>Protecção de objectos relacionados com o crime</i> .....	446
3. – <b>DETENÇÃO</b> .....	449
3.1. <i>Detenção em flagrante delito</i> .....	452
3.2. <i>Detenção fora de flagrante delito</i> .....	453

## CAPÍTULO VIII

### MARCHA DO PROCESSO

1. – <b>INTRODUÇÃO</b> .....	459
2. – <b>FASES PRELIMINARES</b> .....	459
2.1. <i>Introdução</i> .....	459
2.2. <i>O Inquérito</i> .....	460
2.2.1. <i>Estrutura</i> .....	460
2.2.2. <i>Desenvolvimento</i> .....	468
2.2.3. <i>Decisão final</i> .....	470

2.2.3.1. Arquivamento do inquérito.....	470
2.2.3.2. Mediação Penal.....	473
2.2.3.3. Suspensão provisória do processo.....	481
2.2.3.4. Acusação .....	489
2.3. A Instrução.....	495
<b>3. – FASES SUBSEQUENTES .....</b>	<b>508</b>
3.1. A audiência de julgamento .....	508
3.2. A sentença.....	539

## **CAPÍTULO IX PROCESSOS ESPECIAIS**

<b>1. – PROCESSO SUMÁRIO.....</b>	<b>563</b>
1.1. Noção e âmbito de aplicação.....	563
1.2. Procedimento preliminar.....	565
1.3. Julgamento .....	569
1.4. Reenvio para a forma comum.....	572
1.5. Recorribilidade .....	573
<b>2. – PROCESSO ABREVIADO.....</b>	<b>575</b>
2.1. Noção e âmbito de aplicação.....	575
2.2. Processamento .....	576
2.3. Julgamento .....	577
2.4. Reenvio para a forma comum.....	579
2.5. Recorribilidade .....	580
<b>3 – PROCESSO SUMARÍSSIMO .....</b>	<b>582</b>
3.1. Noção e âmbito de aplicação.....	582
3.2. Ritologia.....	583
3.3. Procedimento judicial .....	584

## **CAPÍTULO X RECURSOS**

<b>1. – A DECISÃO JUDICIAL E O SEU CONTROLO.....</b>	<b>589</b>
1.1. Razão de ser dos recursos.....	589
1.2. Constituição, direito internacional e recursos .....	592

1.3. Natureza dos recursos.....	596
1.4. Defeitos da sentença e forma de correcção.....	597
<b>2. – ESPÉCIES DE RECURSOS.....</b>	<b>600</b>
<b>3. – OS RECURSOS ORDINÁRIOS.....</b>	<b>604</b>
<b>4. – RECURSOS PERANTE AS RELAÇÕES.....</b>	<b>611</b>
4.1. Quando têm lugar.....	611
4.2. Poderes de cognição das Relações.....	612
<b>5. – RECURSOS PERANTE O STJ.....</b>	<b>614</b>
5.1. Quando têm lugar.....	614
5.2. Poderes de cognição do STJ.....	617
<b>6. – DISCIPLINA DOS RECURSOS ORDINÁRIOS.....</b>	<b>620</b>
6.1. Pressupostos e princípios gerais.....	620
6.1.1. Decisões susceptíveis e decisões insusceptíveis de impugnação.....	620
6.1.2. Legitimidade e interesse em agir.....	626
6.1.3. Modo de recorrer.....	634
6.1.4. Prazos de interposição.....	635
6.1.5. Âmbito do recurso.....	637
6.1.6. Reclamação por não recebimento ou retenção do recurso.....	641
6.1.7. Regime de subida.....	642
6.1.8. Renúncia e desistência do recurso.....	645
6.1.9. Patrocínio judiciário.....	647
6.1.10. Tributação.....	648
6.2. Tramitação unitária dos recursos.....	649
6.2.1. Interposição do recurso.....	649
6.2.2. Motivação.....	650
6.2.2.1. <i>Corpo da motivação</i> .....	651
6.2.2.2. <i>As conclusões da motivação</i> .....	656
6.2.2.3. <i>Renovação da prova</i> .....	659
6.2.3. Actos subsequentes.....	661
6.2.4. O recurso no tribunal “ <i>ad quem</i> ” – actos prévios.....	663
6.2.5. Tramitação.....	664
6.2.5.1. <i>Vista ao M.º P.º</i> .....	664
6.2.5.2. <i>Exame preliminar do relator</i> .....	665
6.2.5.3. <i>Julgamento (em colectivo) do recurso</i> .....	670
6.2.6. Deliberação e decisão.....	674



<b>7 – OS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS .....</b>	<b>677</b>
<b>8. – RECURSOS DE FIXAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA .....</b>	<b>679</b>
8.1. Recursos de fixação de jurisprudência propriamente ditos.....	679
8.2. Recursos de decisões proferidas contra jurisprudência obrigatória .....	688
8.3. Recursos no interesse da unidade do direito.....	692
<b>9. – RECURSOS DE REVISÃO.....</b>	<b>693</b>
9.1. Ideia e razão de ser .....	693
9.2. Decisões susceptíveis de revisão .....	694
9.3. Legitimidade para recorrer.....	695
9.4. Prazo de interposição .....	697
9.5. Fundamentos do recurso .....	697
9.5.1. Falsidade ou nulidade dos meios de prova.....	698
9.5.2. Dolo de julgamento.....	699
9.5.3. Inconciliabilidade de decisões.....	699
9.5.4. Descoberta de novos factos ou meios de prova.....	700
9.5.5. Declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral	702
9.6. A questão da desistência do recurso .....	702
9.7. Tramitação .....	703
9.7.1. Fase rescindente preliminar (art.ºs 451.º a 454.º).....	704
9.7.2. Fase rescindente intermédia (art.ºs 455.º a 458.º) .....	705
9.7.3. Fase rescisória ou final (art.ºs 459.º a 463.º).....	706
9.8. Nova revisão.....	707

## CAPÍTULO XI

### EXECUÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS

<b>1. – REFERÊNCIAS DE CARÁCTER GERAL.....</b>	<b>713</b>
1.1. Enquadramento .....	713
1.2. Princípios informadores .....	715
1.3. Decisões exequíveis e decisões inexecuáveis .....	721
1.4. Competências e atribuições em matéria de execução .....	724
<b>2. – EXECUÇÃO DA PENA DE PRISÃO .....</b>	<b>728</b>
2.1. Apresentação.....	728
2.2. Regime de execução.....	731
2.3. Liberdade condicional.....	738
2.4. Permanência na habitação .....	749

3. – EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	752
4. – EXECUÇÃO DA PENA SUSPensa.....	756
5. – EXECUÇÃO DA PRESTAÇÃO DE TRABALHO A FAVOR DA COMU- NIDADE E DA ADMOESTAÇÃO.....	763
6. – EXECUÇÃO DAS PENAS ACESSÓRIAS.....	765
7. – EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA.....	767
7.1. Enquadramento.....	767
7.2. Execução da medida de internamento.....	768
7.3. Revisão e prorrogação do internamento.....	775
7.4. Liberdade para a prova.....	777
7.5. Execução das medidas de segurança não privativas da liberdade.....	780
7.6. Execução da pena relativamente indeterminada.....	781
8. – EXECUÇÃO DE BENS.....	781

**CAPÍTULO XII**  
**RESPONSABILIDADE POR CUSTAS**

1. – CONSIDERAÇÕES GERAIS.....	787
2. – RESPONSABILIDADE PELO PAGAMENTO.....	794
2.1. Arguido.....	794
2.2. Assistente.....	795
2.3. Outras pessoas.....	796

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>799</b>
--------------------------	------------

<b>ÍNDICE POR MATÉRIAS.....</b>	<b>807</b>
---------------------------------	------------

<b>ÍNDICE SISTEMÁTICO.....</b>	<b>821</b>
--------------------------------	------------



